

O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível

The use, in history, of the notion of social representations as developed in social psychology: a choice of methodology

Ciro Flamarion Cardoso¹

RESUMO: As programações sociais dos comportamentos podem ser abordadas, em história, de diferentes ângulos. Uma das possibilidades é que os historiadores adotem, para tal abordagem, uma perspectiva sobre as representações sociais derivada da psicologia social. Tem sido mais usual que busquem soluções diferentes, como, por exemplo, a noção de *habitus* proposta por Pierre Bourdieu. Entretanto, pôde-se argumentar que esta última mostra um forte elitismo; as representações sociais vistas à maneira da psicologia social não partilham, porém, de tal defeito, já que as representações integram um tipo de saber vulgar, uma epistemologia do sentido comum. A utilidade principal, para os historiadores, do emprego da noção de representações sociais é a elucidação de um dos elementos mais importantes que incidem nas motivações dos agentes, cujo conhecimento histórico é extremamente difícil por razões de documentação.

Palavras-chave: história; epistemologia; psicologia social; representações sociais.

ABSTRACT: The study of the social programming of behavior may be pursued in history according to different viewpoints. One of the possible choices would be, for historians, by employing a notion of social representations as derived from social psychology. It is more usual that historians choose differently, for example by adopting Pierre Bourdieu's *habitus*. Nevertheless, the latter is marked by strong elitism, a problem not shared by social representations as seen by social psychologists; in fact, in its context, social representations represent a vulgar form of knowledge, an embodiment of the epistemology of common sense. The main reason for historians to adopt the notion of social representations, as used in social psychology, is that it helps to elucidate one of the most important elements explaining the reasons by which people act. This is always very difficult to study historically, due to insufficient data.

Keywords: history; epistemology; social psychology; social representations.

Prolegômenos: as programações sociais do comportamento e os efeitos da sua descoberta para os estudos sociais²

Um grande avanço das ciências sociais no século XX foi o descobrimento da existência de múltiplas e onipresentes programações sociais do comportamento. O que as pessoas fazem está, em sua maior parte, programado pela sociedade à qual pertencam. Isto inclui muitas das ações normalmente consideradas casuais, livres, espontâneas ou privadas. Nenhum comportamento pode ser compreendido, ou identificado como pertencente a

¹ Doutor em História; Professor Titular na Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cirofcardoso@gmail.com.

² Esta parte do artigo deveria ler-se em paralelo a minha "Introdução: uma opinião sobre as representações sociais", in Ciró Flamarion Cardoso; Jurandir Malerba (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 9-39, já que, salvo uma ou duas exceções, não pretendo reproduzir aqui os pontos e argumentos desenvolvidos naquela ocasião.

alguma modalidade reconhecível de ação, se não estiver previsto em uma codificação socialmente difundida.

As programações sociais do comportamento variam em função dos setores de ação a que se vinculam; e mudam – embora não o façam automaticamente – segundo se transformem os múltiplos níveis das estruturas sociais. Sua finalidade é tornar as comunidades relativamente homogêneas, apesar de tais comunidades se apresentarem divididas em grupos de diversa índole. Mas existem também programações mais limitadas, ligadas especificamente a grupos restritos no interior do social. Além desta extensão variável de sua socialização, as programações do comportamento variam em suas características. Algumas são conscientes, outras não; e elas têm maior ou menor duração como elementos socialmente vigentes. Um dos fatores que dificultaram a percepção dessas programações foi que elas incluem variantes e margens programadas de casualidade ou espontaneidade que, com frequência, permitem que o indivíduo se sinta um agente livre.

Certos elementos agiram no sentido de impedir a percepção da multiplicidade das programações sociais do comportamento. Elas são muito numerosas, mas poucas dentre elas se percebem em forma imediata como programas (as línguas naturais constituem uma exceção). A ideologia ocidental há vários séculos valoriza a concepção da sociedade como um agregado de indivíduos livres e transparentes a si mesmos (desprovidos, portanto, de dimensões coletivas ou inconscientes), o que serve para ocultar as programações sociais. O homem ocidental as descobriu, primeiro, nas assim chamadas “sociedades primitivas”. No século XX, porém, a mecanização e a automatização da produção, a computação eletrônica, os meios de comunicação de massa abriram caminho à percepção dos seres humanos como estando sujeitos a uma instrumentalização, a estruturas supraindividuais. A atitude intelectual que valorizava o verbal e o escrito em forma exclusiva foi enfraquecida, permitindo a percepção de numerosos sistemas sîgnicos não linguísticos.

Uma vez generalizada a percepção das programações sociais do comportamento, as consequências de tal percepção foram interpretadas teórico-metodologicamente de diversos modos, sendo estas as posturas extremas: (1) para alguns, significariam a necessidade de abandonar o realismo do objeto, bem como a noção de um sujeito, seja individual, seja coletivo, nas pesquisas sociais, em favor do “realismo simbólico”: os humanos só podem estudar e falar sobre signos e códigos, que se interpõem inelutavelmente entre eles e a realidade (o que pode levar a uma nova encarnação ahistórica da “natureza humana”, o *homo symbolicus*); (2) para outros, pelo contrário, uma vez assimiladas as consequências da descoberta do universo sîgnico, do que se trata é reconstruir o eu (individual e coletivo) sobre novas bases, mediatizando o *cogito* cartesiano duplamente, pela análise do mundo dos signos e mediante a interpretação desses signos: nesta perspectiva, o marxismo, por exemplo, incorporará tal dimensão à teoria das ideologias e considerará, com Ferruccio Rossi-Landi, que, para preservar a estruturação social que lhe é favorável, a classe dominante possui o controle dos programas sociais do comportamento “no nível social mais alto” (Rossi-Landi, 1972; Sabbatini, 1975).

O debate em torno das representações sociais, considerado, não no âmbito filosófico (em que é antigo) mas, sim, como enfoque metodológico, entre outros, das ciências sociais a partir do século XX, é um amplo setor de discussões motivado pela descoberta das programações sociais do comportamento. Surgiu, de certo modo, como alternativa, em

psicologia social, ao *behaviorismo* e ao *neobehaviorismo*, que muitos consideraram, com razão, serem visões reducionistas da atividade mental humana, tanto individual quanto coletivamente considerada.

No começo do século XX, o cientificismo em psicologia, querendo construir esta última como ciência, levou certos estudiosos à vontade de afastar-se da análise introspectiva da consciência mediante uma redução epistemológica e ideológica. Psiquismo e mentalidades foram declarados “dimensões incognoscíveis” cientificamente, que portanto deveriam ser deixadas à metafísica e aos filósofos. Estes comportamentalistas ou *behavioristas* – Pavlov, Skinner, Thorndike, Watson, etc. – fundamentaram suas análises, de início, no par estímulo/resposta. Queriam basear uma ciência segura e positivamente objetiva dos comportamentos. No Ocidente, puseram suas descobertas a serviço das empresas – testes de aptidão, avaliação de empregados – e da publicidade. Quando fossem mais humanistas, desejavam edificar dispositivos educativos destinados às crianças de grupos socialmente pouco favorecidos, querendo assim cobrir uma lacuna cognitiva que constituiria uma parte de sua inferioridade de oportunidades em comparação com as crianças de pais mais bem situados na escala social de riqueza, *status* e poder (Berstein, 1975). Com o tempo, a experiência prática e as críticas recebidas levaram a complicar o esquema, colocando entre o estímulo e a resposta (aliás, de diversos modos) as variáveis relativas ao “organismo” (por exemplo, dados da neurofisiologia) e, eventualmente, trabalhando com a noção de “atitude”, entendida como “predisposição a agir” (um pouco como o *habitus* de Bourdieu, autor que será discutido adiante) e vinculada a dados cognitivos, isto é à avaliação, pelos indivíduos, dos objetos e estruturas de seu meio ambiente. Neste *neobehaviorismo*, torna-se possível não só levar em conta elementos do psiquismo antes deixados de lado como, também, o contexto social (pessoal, familiar, material, relativo às classes sociais).

O estudo da “atitude” como variável intermediária que permite ligar a cognição / percepção à ação, bem como uma visão diferente dos conjuntos formais altamente estruturados intervenientes na cognição social (religiões, ideologias), foram alguns dos caminhos conducentes à pesquisa das representações coletivas ou sociais em psicologia social e em sociologia. Numa relação que, no contexto dos mencionados conjuntos formalizados, vai do instável ao mais permanente, torna-se possível um raciocínio em que, por exemplo, opiniões, atitudes e estereótipos possam analisar-se em relação com as representações sociais. Com efeito, as representações sociais *integram* opiniões, atitudes e estereótipos às suas construções.

A utilidade da análise em termos de representações sociais é considerável. Os estímulos, nos programas de estudo que partem do esquema estímulo/atitude/resposta, que apareciam nos estudos neobehavioristas como elementos ou fatores *externos*, nas análises que levem em conta as representações sociais são reintroduzidos na memória e na ação (mais exatamente, como algo prévio à ação e que a prepara) dos indivíduos e grupos, sob a forma de saberes partilhados, crenças, sistemas de pensamento gerados em interação, socialmente. A representação social aparece como um *tertius* entre sujeito e objeto, mediatizando a relação entre eles. A interioridade psíquica pode, assim, voltar a surgir num contexto de dinâmica social interativa. As representações sociais, em tal perspectiva, configuram-se ao mesmo tempo como “produto” e como “processo” no contexto das interações sociais.

Definições e campo das representações sociais

As representações sociais podem ser consideradas como núcleo de um dos *paradigmas* possíveis nas ciências humanas e sociais – entendendo-se “paradigma” como uma corrente de pensamento e um espaço de estruturação dos saberes (Seca, 2002, p. 35). É possível, dentro de tal paradigma, abordar as representações sociais de diversas maneiras, complementares todas, mas bastante diferentes entre si quanto ao tipo de pesquisa a empreender. Eis aqui algumas delas: (1) como algo visto em seu processo de surgimento, construção ou constituição no seio do social; (2) como algo que tem funções centrais nos processos da comunicação social; (3) em suas estruturas e características intrínsecas; (4) explorando suas relações com as estruturas sociais de diversos tipos. Daí que, conforme os interesses específicos dos pesquisadores que utilizam o conceito de representação social, suas definições possam variar bastante.

Começemos com a opinião de um dos maiores especialistas no assunto no campo da psicologia social: Serge Moscovici. Acha ele que as representações sociais podem ser definidas como:

... conjuntos dinâmicos [...], teorias ou ciências coletivas *sui generis*, destinadas a interpretar e dar forma ao real. [Elas remetem a] [...] um *corpus* de temas e princípios que apresentam uma unidade e se aplicam a zonas particulares de existência e de atividade... Elas determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões partilhadas pelos grupos e regulam, por conseguinte, as condutas duráveis ou admitidas (Moscovici, 1976, p.48).

Moscovici também insiste no duplo caráter das representações sociais, simultaneamente produto e atividade (processo). Com efeito, uma representação social é um produto, no sentido de possuir conteúdos, organizar-se em temas e afirmar coisas sobre a realidade; e é simultaneamente um processo, um movimento de apropriação das coisas do mundo. Seu *status* cognitivo é intermediário entre a percepção e o conceito. Outrossim, é preciso notar que representar algo não é somente duplicá-lo, repeti-lo, reproduzi-lo, é também reconstituí-lo, retocá-lo, mudar-lhe a constituição num sentido que seja funcional para determinados grupos e seus interesses. Acontece com as representações sociais o mesmo que com outros produtos de interações humanas: uma vez constituídas, são vistas “de fora”, esquecendo-se os seres humanos de que tais representações são obra sua.

Outra especialista das representações sociais em psicologia social é Denise Jodelet, que as define assim:

Trata-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuidor de uma intenção prática, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente chamada de “saber ingênuo” ou “natural”, esta forma de conhecimento [...] distingue-se, entre outras, do conhecimento científico. [...] Reconhece-se geralmente que as representações sociais, na qualidade de sistema de elaboração que rege nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais [...], a difusão de conhecimentos, o desenvolvimento intelectual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (Jodelet, 1989, pp. 36-37).

Os laços de uma representação social com as condutas são programáticos e preparatórios. Segundo Moscovici:

Se uma representação social é uma “preparação para a ação”, é-o, não somente na medida em que guia o comportamento mas, sobretudo, na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio em que o comportamento deve efetuar-se (Moscovici, 1976, p. 47).

Nas análises das representações sociais em psicologia social, elas remetem tanto ao que está a montante delas mesmas (ideias-fontes) quanto à regulação do que está a jusante delas, já que tomam a forma de domínios semânticos e esquemas argumentativos facilmente transmissíveis. Saadi Lahlou as vê como reuniões, associações, arranjos e articulações de conjuntos de signos, a que aplica o neologismo “siplexos” (signos + complexos), definindo-as como combinações de conjuntos de signos com graus maiores ou menores de hierarquização interna, ou “siplexos”, sendo estes últimos extraídos dos objetos que compõem o mundo e compreendendo o conjunto dos elementos simbólicos relativos a algum aspecto desse mundo, organizando-se em “classes constitutivas” que estão em relação (cuja intensidade ou cujo grau é variável) umas com as outras. Na prática, os “siplexos” formam um universo de possíveis de que, em cada circunstância, indivíduos ou grupos podem utilizar alguma subparte, sendo tais reservas de saberes e cognições ao mesmo tempo sociais e genéricas, funcionando simultaneamente para cada usuário como referenciais e como preparação para as práticas (Lahlou, 1998).

O fato de tornar-se presente, contextualmente, uma representação social, de concretizar-se, corresponde, no pensamento de cada sujeito, à emergência de uma associação ou arranjo entre os elementos constitutivos de uma representação e das finalidades que se quer atingir nas práticas sociais. O laço entre indivíduo (representações pessoais) e coletividade (representações públicas) pode ser descrito como uma formalização, com eventuais modificações, das relações para com um objeto qualquer:

Uma representação é um siplexo que associa objetos do universo de um observador. [...] Uma representação social perceptível por um grupo de observadores é um objeto [...] partilhado por este grupo. Ela pertence, portanto, à interseção entre as representações de cada um de seus membros (Lahlou, 1998, p. 61).

Isto significa que, nas pesquisas mais recentes sobre tais processos, as relações entre as instâncias individuais e coletivas não aparecem como simples modelagem do pensamento de um dado sujeito por uma determinada representação social mas, sim, como uma reconstrução por rememoração de dadas porções de uma representação social, dentre outras copresentes no siplexo, o que implica a possibilidade de variantes ou mudanças nos processos de uso.

Numa linha semelhante, o antropólogo Dan Sperber, seguindo um modo de ver que deriva de Émile Durkheim, propõe uma distinção entre representações mentais (individuais) e públicas:

Toda representação mobiliza uma relação entre pelo menos três termos: a própria representação, seu conteúdo e seu usuário; três termos aos quais convém somar um quarto, o produtor, [...] quando for diferente do usuário. Uma representação pode existir no interior do usuário: trata-se de uma *representação mental*. Uma recordação, uma hipótese, uma intenção, exemplificam tal coisa. Neste caso, usuário e produtor de uma representação coincidem. Uma representação pode, também, existir no ambiente [...], como por exemplo o livro que os senhores estão lendo. Trata-se então de uma *representação pública*. Esta é, em geral, um meio de comunicação entre um produtor e um usuário, diferentes entre si. Uma representação mental tem um único usuário. Uma representação pública pode ter muitos (Sperber, 1996, p. 49).

Willem Doise vê nas representações sociais princípios geradores de tomadas de posição que se ligam a inserções específicas num conjunto de relações sociais, na forma de esquemas organizadores dos processos simbólicos que intervêm em tais relações. Para ele, o objeto principal do estudo das representações sociais deve consistir na análise das regulações que o metassistema social efetua no sistema cognitivo, uma vez explicitadas as

relações que as representações sociais mantêm com posições específicas no conjunto das relações sociais.

Segundo tais posições, as exigências do metassistema variam. Elas podem, por exemplo, supor uma aplicação rigorosa de princípios lógicos, ao se tratar de um trabalho científico, ou visar, sobretudo, à defesa da coesão do grupo, quando de um conflito com outro grupo. Em ambos os casos, o funcionamento cognitivo é governado por regulações sociais diferentes (Doise, 1990).

Neste contexto é que as representações sociais podem ser aproximadas do conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1983), tratando-as como princípios geradores de tomadas de posição: mas, sem dúvida, a metodologia que opera ao se estudarem representações sociais permite precisar muito mais um conceito que, em Bourdieu, é genérico e um tanto abstrato (além de, como veremos adiante, ser utilizado num contexto de elitismo político-social). Analogamente, se bem que a nova história cultural, em que se inserem entre outros terrenos de estudo as culturas políticas, entenda estas últimas como conjuntos ou sistemas de representações, não sói fornecer instrumentos metodológicos claros para a análise, o que, pelo contrário, é feito pelas perspectivas da psicologia social acerca das representações coletivas ou sociais de todo tipo. A estrutura de uma sociedade e sua organização em classes de idades, relações entre grupos, classes sociais, papéis sexuais, papéis profissionais, são ordenadas conforme e mediante transposições simbólicas, formas de classificação ou conjuntos de esquemas cognitivos. A hipótese da homologia estrutural permite então supor a existência de reproduções mais ou menos completas, por exemplo, das relações de poder e dominação entre classes sociais, quando das interações no interior de um campo específico (política, cultura, trabalho, relação entre papéis masculinos e femininos), conformando disposições e sistemas de representações. As condutas, opiniões, atitudes ou reações afetivas de cada ator social podem ser pensadas como realizações ou modificações de programas culturais que são, portanto, incorporados às condutas desses atores, que em geral ignoram sua origem e sua dependência para com as relações de poder e dominação. Em suma, o pesquisador reivindica uma autonomia relativa dos fatos de representação; mas insiste, paralelamente, sobre a importância das transposições e traduções simbólicas dos fatores intervenientes no metassistema social. Isto colocaria os estudos à base das representações sociais na interseção da psicologia social com a sociologia.

Objetivação e ancoragem na constituição das representações sociais

Objetivação e ancoragem são os dois processos que regem a emergência e a organização de uma representação social. Esta última é constituída por elementos que resumem o objeto por ela apreendido; mas ela também o duplica e transforma. A *objetivação* (ou *reificação*) permite que um grupo social construa um saber comum mínimo, com base no qual ocorram trocas entre seus membros e se torne possível emitir juízos e opiniões.

A objetivação que constrói uma representação se dá mediante três processos: (1) seleção; (2) formação de um esquema figurativo; (3) naturalização.

A *seleção* é a filtragem da informação disponível sobre o objeto que será representado, dando lugar a deformações, inversões, reduções (escolhas), supressões de

atributos. Estas mudanças, que dependem de posturas cognitivas, resultam de intervenções, no processo, do modo de pensamento, da ideologia, do quadro cultural e dos sistemas de valores dos indivíduos ou grupos que confeccionam uma representação sobre um objeto ou um fenômeno novo, ou reavaliam na representação um domínio já existente. Ocorre, ainda, uma descontextualização das informações relativas ao referente da representação em que o objeto está sendo apropriado: por exemplo, elementos tomados de empréstimo às ciências podem ser radicalmente modificados para torná-los acessíveis e inteligíveis, portanto, utilizáveis.

A formação de um *esquema figurativo* constrói uma imagem que faça sentido e pareça coerente ao ator social, mediante a organização do material selecionado. Esta estrutura, nova em relação ao objeto, origina ou cristaliza o processo representativo, permitindo a materialização e a simplificação do fenômeno ou objeto representado.

A *naturalização* consiste no fato de que o esquema figurativo que foi construído perca seu caráter de construção e se torne, para os usuários, parecido a uma entidade autônoma, natural e objetiva. Ele se transforma, para o usuário da representação social, na própria realidade sobre a qual e a partir da qual ele age e se comunica.

A *ancoragem* completa o mecanismo da objetivação. Ancorar uma representação coletiva consiste na atividade de enraizá-la no espaço social para que dela se possa doravante fazer um uso cotidiano. É a ancoragem que permite a utilização concreta e funcional da representação social de algum objeto:

A sociedade transforma o objeto social em um instrumento de que pode dispor e este objeto é situado numa escala de preferência nas relações sociais existentes [...]. O processo de ancoragem [...] transforma [por exemplo] a ciência em saber útil a todos [...]. A objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e a ancoragem a delimita naquele do fazer, contornando os interditos de comunicação [...]. Por exemplo, procede-se por ancoragem quando se pretende explicar a difusão da genética a partir de suas relações com a guerra biológica ou a medicina, deixando na sombra seus aspectos teóricos e as modificações que estes impliquem quanto à concepção da natureza, do homem ou da religião (Moscovici, 1976, p. 17).

Objetivação e ancoragem ligam-se dialeticamente. A primeira tem a ver com o processo de formação de uma representação social; a segunda, com como ela é modulada e praticada em função dos grupos, dos sistemas de pensamento e dos quadros interpretativos previamente disponíveis. Objetivação e ancoragem desenvolvem-se paralelamente e em contexto: sua separação é analítica, um tanto artificial, mas necessária metodologicamente. A ancoragem remete a uma integração ou a um enraizamento da representação social relativa a um objeto (um referente) num quadro anterior de referência (classe ou grupo social, outras representações, ideologias, atitudes, crenças, valores, condutas). Tal inserção no social/cultural pode modificar o quadro original de pensamento: fala-se então num processo de conversão, que se dá num movimento em que a coletividade aceita a nova representação filtrando-a, portanto, modificando-a parcialmente –mas, em certos casos, tal representação nova introduz mudanças suficientes para uma transformação na mentalidade, na prática política, na religião, ou em outro sistema complexo de representações estruturadas. Em circunstâncias diferentes, pode acontecer a apropriação da novidade, classificando-a no interior de um sistema de ideias já existente: num tal processo, uma novidade pode sofrer um processo de familiarização, inversão, normalização ou conformação.

Uma das funções da ancoragem é permitir que os elementos da representação sejam transformados em função dos tipos de relações sociais e diversamente formulados nos múltiplos estratos da sociedade. Este mecanismo remete ao fato de que o uso das representações é orientado e instrumentalizado, encarnando interesses concretos e específicos. A ancoragem é, pois, um processo diversificado e modulado do saber comum de uma representação social, levando a que existam variantes desta última (por exemplo, em função dos diferentes níveis culturais, classes sociais e indivíduos), o que não impede a existência, igualmente, de dimensões consensuais da mesma representação.

Sistemas centrais ou nucleares e sistemas periféricos nas representações sociais

Jean-Claude Abric foi o introdutor, em 1976 – ao privilegiar o enfoque das representações sociais como integrantes de um sistema cognitivo –, da hierarquização interna de uma representação social mediante a distinção entre: (1) os elementos do seu núcleo central; (2) aqueles do seu sistema periférico.

O sistema central ou *núcleo central* da representação é o seu sistema estruturante, o elemento fundamental da representação, já que determina tanto a sua significação quanto a sua organização (Abric, 1987). Ligando-se às normas, aos valores, às expectativas, à implicação pessoal, às finalidades funcionais de uma prática, à memória coletiva e à história, favorece o consenso e a homogeneidade cultural e psicológica de um grupo (ou de um indivíduo). Suas funções são geradoras e organizadoras. Seus elementos têm dois atributos principais: (1) podem ter uma utilidade prática (referência funcional); (2) apresentam uma dimensão prescritiva (referência normativa), por estarem ligados a elementos – afetividade, ideologia, estereótipos e crenças – aceitas pelo grupo de referência.

Os enunciados, imagens e normas implicados pelo núcleo central de uma representação social influenciarão a organização e a estruturação das teorias e das práticas. O núcleo central apresenta, outrossim, uma hierarquia interna de seus elementos constitutivos, que a pesquisa deve esclarecer em cada caso.

O *sistema periférico* de uma representação social tem os seus elementos determinados (no relativo ao sentido, às funções e à hierarquia deles) pelo núcleo central. Alguns autores, para evitar a falsa impressão de serem os elementos do sistema periférico “menos importantes”, preferem designá-los usando outra terminologia: “esquemas de concretização” ou “esquemas de ilustração” da representação social. Devido ao seu grande número, diversidade e flexibilidade, eles estão presentes nos discursos sociais em maior medida do que os elementos do núcleo central. As funções do sistema periférico são três: (1) adaptação à realidade concreta (facilitando a ancoragem); (2) diversificação do conteúdo da representação social; (3) proteção do núcleo central. O sistema periférico mostra-se mais “poroso” do que o núcleo central: admite mais facilmente novos componentes, perde também sem dificuldade elementos antes presentes nele. Assim é que uma representação pode adaptar-se às transformações do contexto social sem mudar no fundamental.

Um outro modo de tratar este assunto é a partir dos processos da ação persuasiva, distinguindo na persuasão um “processo central”, ou “sistemático”, e outro “periférico”, ou “heurístico”:

Quando um processo cognitivo de tratamento central é operado, o indivíduo focaliza, no essencial, o conteúdo da mensagem... e o integra a seus conhecimentos prévios [...]. De modo inverso, o processo de tratamento periférico (heurístico) repousa na ideia de que, em grande

medida, agimos sem prestar atenção verdadeira às informações provenientes do nosso ambiente... Daí deriva a noção de um princípio de economia, segundo o qual se poderia ser influenciado, não somente com base num tratamento exaustivo da informação, mas igualmente com base em informações relativamente superficiais, independentemente do próprio conteúdo (Bromberg como citado em Seca, 2002, p. 76).

Note-se, porém, que este enfoque, baseado no tratamento cognitivo das mensagens persuasivas, pertence a uma linha teórica e a preocupações ou ênfases diferentes das que orientam os estudos da estruturação interna das representações sociais. Seria possível, entretanto, tentar interseções entre ambos os modos de ver a questão do central/periférico.

O que está em jogo na opção por trabalhar com as representações sociais

Diversos dilemas e clivagens caracterizam a trajetória das ciências humanas e sociais nestas últimas décadas no que diz respeito à pergunta: por que os seres humanos agem como o fazem e, isso, mediante padrões reiterados que podem ser detectados pela análise?

Uma possibilidade é o individualismo metodológico levado ao extremo, isto é, considerar os níveis coletivos como meros epifenômenos e conceder realidade só às interações concretas entre indivíduos, e destes com o meio ambiente. Eis aqui um exemplo tomado da antropologia, mais exatamente de um artigo de George P. Murdock publicado em 1972:

... a cultura, o sistema social e todos os conceitos supraindividuais desse tipo, tais como representação coletiva, espírito de grupo e organismo social, [são] abstrações conceituais ilusórias inferidas da observação dos “fenômenos reais” que são os indivíduos interagindo uns com os outros e com o seu meio ambiente natural. As circunstâncias da sua interação levam quase sempre a similaridades no comportamento de indivíduos diferentes, que tendemos a reificar sob o nome de cultura, e fazem com que os indivíduos se relacionem uns com outros de maneiras repetitivas, que tendemos a reificar como estruturas ou sistemas. Na realidade, cultura e sistema social são meros epifenômenos – produtos derivados da interação social de pluralidades de indivíduos (Murdock como citado em Sahlins, 1979, p. 110).

Opinião diferente pode ser que as reiterações perceptíveis nos comportamentos e ações humanos, longe de ser epifenômenos, constituem algo *natural* no sentido forte da palavra. Aliás, o grau em que se atribua importância mais ou menos central nas explicações a uma natureza humana mais ou menos fixa ou imutável distingue as ciências humanas e sociais umas das outras. O antropólogo Robert Redfield distingue três formas principais de conceber a natureza humana: (1) “como potencialidade ou necessidade inata definida ou vaga”; (2) “como só podendo ser conhecida em suas formas especiais localmente desenvolvidas”; e (3) “como uma natureza universalmente adquirida ou desenvolvida e comum a todos”. A partir delas, diversas combinações seriam possíveis e de fato foram efetuadas. Ele cita uma delas: “A visão freudiana do homem, por exemplo, combina a primeira e a terceira” (Redfield, 1994, p. 252). Isto significa que tal visão deixa de lado a segunda forma de conceber a natureza humana – exatamente a que a vê centralmente em sua variabilidade no tempo e no espaço, numa postura mais próxima, por exemplo, a como raciocinam os historiadores.

Com efeito, Sigmund Freud, para exemplificar, podia perceber a diferença entre a vida mental de duas épocas culturais mediante a comparação de *Édipo Rei*, de Sófocles, com *Hamlet*, de Shakespeare, opinando que, na primeira obra, o desejo-fantasia da criança aparece à luz do dia e se realiza como num sonho, enquanto, na outra, tal desejo-fantasia

mantém-se reprimido e só pode ser percebido mediante as operações de inibição que se lhe opõem. Entretanto, isto não significava uma percepção de diferenças importantes *no próprio desejo-fantasia em questão* tal como se manifestaria nas duas épocas consideradas, caso fosse possível observar em detalhe, nelas, histórias de vida individuais. Tem razão Boris Berenzon Gorn ao afirmar que a teoria psicanalítica parte de um postulado para ser capaz de estabelecer a continuidade da experiência: “todos os seres humanos partilham certas precondições universais ineludíveis” (Gorn, 1999, p. 107). Algumas dessas precondições podem ser aceitas sem dificuldade também pelos historiadores; por exemplo, o fato de que o ser humano individualmente considerado nasce desvalido e precisa de proteção e cuidados de parte de adultos da mesma espécie durante longo tempo (infância protraída), disto decorrendo muitas consequências de peso para todas as sociedades humanas. Entretanto, tais historiadores, em sua imensa maioria, definiriam os limites dentro dos quais estariam dispostos a aceitar a existência de uma natureza humana *stricto sensu* muito mais estreitamente do que os psicólogos ou psicanalistas. Tão estreitamente, mesmo, que muitas das correntes históricas resumiriam a questão numa fórmula lapidar: uma natureza humana que não seja histórica, portanto, social e culturalmente variável segundo os contextos temporais e espaciais considerados, simplesmente inexistente.

O que se acaba de dizer contém, naturalmente, seus próprios problemas e, sendo sem dúvida postura majoritária entre historiadores, não goza no entanto de consenso ou de aceitação universal. Alguns historiadores diriam que, se a mudança possibilita a história, a persistência fundamenta a compreensão histórica. A sociedade mostraria variadas combinações a partir de um número limitado de elementos e regras. No quadro desta opinião, afirma-se que a história, tanto quanto a psicanálise, poderia tornar-se “parcialmente previsível e invariavelmente fascinante” (Gorn, 1999, p. 102). Nem todos os historiadores são infensos a aceitar a existência de uma natureza humana no sentido forte da expressão.

Outro divisor de águas resultaria da crítica ao paradigma estrutural nas ciências que se ocupam do homem. Teóricos influentes, como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, declararam querer ir além da oposição simples entre objetivismo e subjetivismo, entre “física social” e “fenomenologia social”, entre fisicalismo e psicologismo. Procura-se um equilíbrio, uma integração harmoniosa entre determinação social e autonomia da consciência. Existe sem dúvida um condicionamento material da vida social; mas as condições materiais não afetam a conduta de uma maneira imediata, fazem-no por mediação, por exemplo, da cultura ou das experiências individuais. As ações da vida social são simbolicamente mediadas.

Entre as propostas metodológicas situadas na linha que se acaba de mencionar, uma das mais influentes é, certamente, a de Pierre Bourdieu. A ponte entre o individual e o coletivo é dada, no que propõe, principalmente pelo conceito de *habitus*, uma interiorização, no indivíduo, de um conjunto de disposições a pensar e agir a que adere:

As estruturas constitutivas de um tipo particular do meio [...], que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e

coletivamente orquestradas, sem o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 1983, pp. 60-61).

Como o *habitus* decorre das estruturas sociais, fica estabelecida a ponte desejada entre o individual e o coletivo. Entretanto, a ação social ocorre, não na estrutura mas na conjuntura (definida pelo sociólogo francês como a conjunção necessária das disposições de um acontecimento objetivo). A forma em que ela ocorre, no entanto, apresenta em Bourdieu um viés fortemente elitista do ponto de vista político (ele separa taxativamente os “cidadãos politicamente ativos” daqueles que são “politicamente passivos”). Ora, esta expulsão das classes ou dos grupos subalternos do âmbito das ações significativas não é convincente para diversos cientistas sociais, que, portanto, buscam soluções teórico-metodológicas distintas, desejosos de uma concepção da sociedade “que tome os subalternos como agentes sociais plenos, que atuam racionalmente e transformam sua realidade, como o fazem aqueles da elite” (Faversani, 2004, p. 27).

Uma dessas soluções pode ser, justamente, uma teoria das representações sociais ou coletivas, tomada da psicologia social. Essas representações sociais aparecem habitualmente como estando firmemente ancoradas na “epistemologia do sentido comum”, no conhecimento vulgar, ainda que não estejam de todo ausentes das construções científicas (que em caso algum podem *esgotar*, entretanto). E não há dúvida de que seu enfoque, em psicologia social, conceda importância central aos resultados das pesquisas sociológicas e suas conexões técnicas e teóricas com os trabalhos feitos no âmbito da mencionada psicologia social. Enfatiza-se, portanto, o que é propriamente social, coletivo. Nas palavras de Jean-Claude Abric:

Uma representação social terá como finalidade essencial contribuir para os processos formadores e [para] a orientação das comunicações e comportamentos sociais. [...] Assim sendo, o próprio de uma representação *social* será constituir um sistema coerente no qual as dimensões *sociais* produzam um sistema cognitivo específico, adaptado à dimensão *social* do objeto (Abric, 1987, p. 77).

Como expliquei em outras ocasiões, considero que a utilidade maior do uso das representações sociais à maneira da psicologia social pelos historiadores diz respeito à pergunta que orientou este texto: por que os seres humanos agem como agem?

As condutas humanas, individual ou coletivamente consideradas, são o resultado final de dois processos de seleção. O primeiro é a passagem pelo filtro definido pelo conjunto de limitações estruturais – sobre as quais os agentes não tenham controle – que reduz as possibilidades alternativas de agir, de seu número teórico em princípio vasto a um conjunto menor de ações efetivamente possíveis. E o segundo é outro filtro, o do mecanismo que leve a escolher, dentre as ações factíveis remanescentes, qual será efetivamente levada a cabo. As ciências humanas e sociais apresentam tendências contrastantes quando consideram estes dois processos de seleção. O economista, ao aceitar ordinariamente uma teoria da escolha racional, costuma negligenciar (ou minimizar) em muitos casos o primeiro deles e a concentrar-se no segundo (partirá da suposição de que as preferências dos seres humanos sejam no fundamental idênticas ou similares, independentemente dos períodos da história e dos tipos de sociedade). O historiador, o antropólogo e muitos dos sociólogos, pelo contrário, concentrar-se-ão no primeiro filtro ou processo e sublinharão elementos explicativos como cultura, ideologia, tradição ou valores. Os indivíduos ou grupos que agem são considerados pelo economista como se fossem atraídos por distintas recompensas, ao decidirem entre formas alternativas de agir; por outros cientistas sociais, como se fossem

impelidos a dadas escolhas. De certo modo, a atitude dos economistas baseia-se na intencionalidade e a de outros cientistas sociais, frequentemente, na causalidade cultural ou estrutural (Elster, 1989).

Se partirmos do que se acaba de dizer, uma constatação se imporá, a qual não parece conhecer exceções nas ciências humanas e sociais: é quase sempre impossível, na maioria dos casos, ou pelo menos muito difícil, chegar a conhecer em forma diretamente comprovável as motivações dos agentes em si mesmas – já seja as ligadas ao primeiro filtro ou processo que mencionei antes, seguindo a exposição de Jon Elster, já seja as que têm a ver com o segundo –, o movimento conducente às decisões que comandam as escolhas em matéria de ação individual ou coletiva.³ Essa dificuldade ou impossibilidade se torna ainda mais aguda quando se estudam sociedades passadas, com os problemas de documentação que isso supõe. É preciso, assim, inferir indiretamente as motivações ou processos decisórios. Neste ponto, um conhecimento das representações sociais que tiverem curso na sociedade (e na época) em estudo pode ser de enorme valia no relativo para o entendimento de qualquer dos processos ou filtros aludidos. Psicólogos sociais como Jean-Claude Abric estabeleceram até mesmo experimentalmente que os seres humanos tendem, individualmente ou em grupo, a efetuar escolhas que orientem suas ações, em dada situação ou conjuntura, mais frequentemente em função de representações socialmente difundidas do que das características objetivas dos referentes (objetos) a que essas representações remetam. Assim, uma análise detalhada das representações sociais e suas transformações ou substituições, no tempo, na sociedade em estudo, pode servir para uma inferência confiável das motivações envolvidas naqueles processos decisórios que orientam as ações dos sujeitos individuais ou coletivos.

Referências

- Abric, J-C. (1987). *Coopération, compétition et représentation sociale*. Cousset: Del Val.
- Berstein, B. (1975). *Langage et classes sociales; Codes socio-linguistiques et contrôle social* (J-C. Chamboredon, Trad.). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria da ação. In R. Ortiz (Org.). *Pierre Bourdieu* (pp. 46-81). São Paulo: Ática.
- Cardoso, C. F. (2000). Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In C. F. Cardoso & J. Malerba (Orgs.). *Representações: Contribuição a um debate interdisciplinar* (pp. 9-39). Campinas: Papirus.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione et al (Orgs.). *Traité de psychologie cognitive: Cognition, représentation, communication* (vol. 3, pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Elster, J. (1989). *Ulises y las sirenas: Estudios sobre racionalidad e irracionalidad* (J. J. Utrilla, Trad.). México: Fondo de Cultura Económica.

³ Ver, por exemplo, para as motivações econômicas: Jon Elster. La motivación de los agentes económicos en el pasado, in J. Topolski et alii. *História económica: Nuevos enfoques y nuevos problemas*. Traduzido por J. M. Barnadas. Barcelona: Crítica, 1981, pp. 49-59 (o assunto que agora interessa está nas pp. 55-56); para a Antropologia: Adam Kuper. *Culture: The anthropologists' account*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1999, capítulo 3 (ilustra diversos problemas no relativo às motivações atribuídas aos agentes em estudos sobre a Indonésia, que se revelaram falsas); e, no tocante às decisões políticas: J. Gardiner (org.). *What is history today?* London: Macmillan, 1988, p. 22, numa intervenção de Ronald Hutton na discussão acerca da história política: “as consequências das decisões políticas estão usualmente muito mais bem documentadas do que as próprias decisões”.

Cardoso, C. F.

- Faversani, F. (2004). As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In A. G. Carvalho (Org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo* (pp. 19-42). Vitória da Conquista: Edições Uesb.
- Gorn, B. B. (1999). *Historia es inconsciente: La historia cultural. Peter Gay y Robert Darnton*. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lahlou, S. (1998). *Penser manger: Alimentation et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse: Son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Sahlins, M. (1979). *Cultura e razão prática* (S. Lamarão, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Redfield, R. (1994). A natureza humana (M. L. Borges, Trad.). In Clifton Fadiman (Org.). *O tesouro da Enciclopédia Britânica: O melhor do pensamento humano desde 1768* (pp. 251-254). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rossi-Landi, F. (1972). *Semiotica e ideologia*. Milano: Bompiani.
- Sabbatini, M., Di Siena, G., & Rossi-landi, F. (1975). *Diccionario teórico-ideológico*. Buenos Aires: Galerna.
- Seca, J. M. (2002). *Les représentations sociales*. Paris: Armand Colin.
- Sperber, D. (1996). *La contagion des idées: Théorie naturaliste de la culture*. Paris: Odile Jacob.

Apresentação: 23/10/2011

Aprovação: 15/12/2011